



Foto: ©UNICEF/Moçambique

INFORME ORÇAMENTAL 2017: ÁGUA, SANEAMENTO E HIGIENE

Mensagens-Chave:

- Em 2017, foi atribuído ao Sector de Água, Saneamento e Higiene (WASH), incluindo a área de Gestão de Recursos Hídricos, o valor de MT 10,5 mil milhões (US\$ 148,5 milhões), representando 3,9 por cento do Orçamento do Estado. Quando comparado com a execução de 2016, a Dotação Inicial de 2017 corresponde a um incremento de 29 por cento, em termos nominais, e um aumento de 17 por cento, em termos reais.
- O acesso à Água potável melhorou na última década e meia, embora o progresso tenha sido lento. De acordo com os dados mais actualizados, aproximadamente metade da população tem acesso a água de fontes seguras, representando um aumento de cerca de 10 por cento quando comparado com a situação no ano 2000. Não obstante, o país está muito abaixo da média dos seus pares da África Subsaariana e não apresenta sinais de aproximação. As taxas médias de acesso em Moçambique são negativamente influenciadas pelo fraco acesso nas zonas rurais e nas pequenas vilas.
- O acesso à infraestruturas de saneamento seguro registou melhorias ligeiras. Apenas 20 por cento da população beneficia de saneamento adequado, o que coloca o país muito atrás dos seus pares da África Subsaariana. Mais uma vez, as baixas taxas de acesso ao saneamento são influenciadas pelo fraco saneamento nas zonas rurais.
- Os recursos externos representam 93 por cento do total dos recursos do sector de Água, Saneamento e Higiene para o ano 2017. Este valor é mais elevado do que a média de 80 por cento de financiamento externo registada nos últimos sete anos. O Orçamento de 2017 é mais elevado, em relação aos anos anteriores, devido às elevadas dotações por parte do Governo e aos empréstimos para a construção da barragem da Moamba Major e reabilitação da barragem de Massingir.
- Entre as instituições do Sector de Água, Saneamento e Higiene, a ARA Sul recebeu a maior alocação do orçamento de 2017 destinado a este sector, o equivalente a 40 por cento do total de recursos destinados ao sector. A ARA Sul também registou o maior aumento percentual em termos de alocação entre as instituições do Sector de Água, Saneamento e Higiene. Conforme referido, o mesmo deve-se à construção e reabilitação das barragens de Moamba Major e Massingir, que se enquadram dentro do orçamento da ARA Sul.
- A despesa ao sector de Água, Higiene e Saneamento não está bem orientada. Os segmentos populacionais residentes nas zonas urbanas e mais ricos se beneficiam mais da despesa do sector, do que os segmentos populacionais mais pobres e residentes nas zonas rurais. A consequência desta iniquidade na despesa, é que a população urbana mais rica sempre terá maiores taxas de acesso e uso de serviços de água e saneamento adequado quando comparada com a população pobre e residente no meio rural.
- É difícil fazer um acompanhamento e monitoria do financiamento ao sector de Água, Saneamento e Higiene. Isto deve-se ao facto de o orçamento do MOPHRH agregar o financiamento a água, saneamento e higiene não filtrado do financiamento à infraestruturas, obras públicas e intervenções na área da habitação que também faz parte das responsabilidades do ministério. De modo a melhorar o rastreamento da despesa do sector, é preciso fortalecer a contabilidade dentro da classificação funcional das actividades destinadas à Água, Saneamento e Higiene, e implementar uma classificação programática alinhada com os objectivos, programas e sub-programas do Programa Quinquenal do Governo (PQG) para as intervenções relacionadas com o sector de Água, Saneamento e Higiene.

Nota: O UNICEF não tem acesso aos e-SISTAFE (Sistema de Administração Financeira do Estado); com isso, todas as análises foram feitas tendo como recurso as informações disponíveis ao público. As ideias e pontos de vista expressos no documento são da responsabilidade do autor e não expressam necessariamente o posicionamento do UNICEF.



Foto: ©UNICEF/Moçambique

Antecedentes

O Orçamento do Estado e o Plano Económico e Social de 2017 foram aprovados pelo Parlamento a 9 de Dezembro de 2016 e entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2017. O Orçamento do Estado e o Plano Económico e Social (PES) foram promulgados pelo Presidente Felipe Nyusi a 20 de Dezembro de 2016 e posteriormente publicados como Lei 10/2016 e Resolução 25/2016, respectivamente, no dia 30 de Dezembro de 2016.

O Orçamento do Estado de 2017 equivale a MT 272,3 mil milhões (US\$ 3,86 biliões)¹; este valor representa um aumento tanto em termos nominais como reais relativamente ao Orçamento do Estado de 2016 e ao gasto total do governo de 2016. O défice orçamental projectado é de 10,7 por cento. Em termos nominais, o Orçamento do Estado de 2017 revela um aumento de 12 por cento em relação ao Orçamento do Estado de 2016 e um aumento de 30 por cento relativamente ao valor executado do Orçamento do Estado de 2016². Em termos reais, o orçamento de 2017 representa um aumento de 1 por cento comparativamente ao do ano passado e um aumento de 18 por cento em relação à despesa do ano passado. Com efeito,

em termos nominais, o Orçamento do Estado de 2017 é o maior de que há memória; contudo, em termos reais, é o terceiro maior a seguir ao Orçamento do Estado rectificativo de 2014 e ao Orçamento do Estado de 2015³. O aumento nominal observado no Orçamento do Estado de 2017 reflecte os aumentos programados nos gastos com o serviço da dívida, operações financeiras e subsídios. De facto, estes aumentos devem-se ao peso da dívida agora maior do país, à desvalorização da sua moeda e ao aumento da inflação⁴. Isto contribui para um défice orçamental previsto de 10,7 por cento, que o país irá financiar através de dívida adicional⁵. Não obstante, o governo encontra-se a implementar certas medidas de austeridade, nomeadamente: limitações nas novas contratações fora dos sectores da educação, saúde e agricultura; restrições de gastos em gasolina, viagens e comunicações pessoais; adiamento de novos projectos de investimento não iniciados em 2016⁶.

O orçamento de 2017 para os Sectores Económicos e Sociais prioritários (que incluem o Sector de Água e Saneamento) aumentou em termos nominais e reais e como percentagem de todo o Orçamento do Estado.

Em termos nominais, a alocação aos Sectores Económicos e Sociais prioritários, conforme definido pelo Plano Quinquenal do Governo (PQG), aumentou 18 por cento relativamente à alocação do Orçamento do Estado rectificativo de 2016 e 43 por cento em relação ao valor executado dos sectores prioritários em 2016; no entanto, em termos reais, os aumentos foram de 7 e 30 por cento, respectivamente. O peso dos sectores prioritários (como percentagem do Orçamento do Estado) aumentou de um peso orçamental de 50 por cento em 2016 para 53 por cento em 2017; não obstante, o peso de 2017 é muito inferior ao valor histórico elevado de 2012 e 2013, altura em que o gasto em sectores prioritários representou 62 por cento do gasto total do governo. É importante registar aqui que o Governo de Moçambique emprega uma metodologia diferente ao calcular o peso orçamental e da despesa dos sectores prioritários: ao invés de usar todo o Orçamento do Estado ou a despesa total como o denominador do cálculo, deduz o serviço da dívida e as operações financeiras do total. O resultado é um peso mais elevado. Ao utilizar a metodologia do Governo, os sectores prioritários representam 69 por cento do Orçamento do Estado de 2017⁷.

1) O presente relatório usa a taxa de câmbio: US\$ 1 = MT 70,45, uma vez que esta foi a taxa do câmbio média de 2017 na altura da publicação.

2) Note-se que na altura da elaboração do informe, a CGE 2016 ainda não tinha sido publicada. Por esta razão, todas as referências à despesa neste relatório relativas ao ano fiscal 2016 dependem dos dados relativos à execução, conforme documentado no REO IV 2016.

3) Cálculos do autor baseados na taxa de inflação prevista de 2017 de 15,5 por cento. LOE 2017, *Documento da Fundamentação*, página 11.

4) (i) O rácio dívida por PIB de Moçambique aumentou de 40 por cento do PIB em 2012 para 73 por cento do PIB em 2015 para 130 por cento do PIB até finais de 2016. (ii) A inflação aumentou de 4 por cento em 2015 para 25 por cento até finais de 2016, esperando-se que aumente em 15,5 por cento até finais de 2017. (iii) O Metical de Moçambique depreciou de US\$ 1 = MT 48 em Janeiro de 2016 para US\$ 1 = MT 71 em Janeiro de 2017. Fonte: (i) Banco Mundial, "Mozambique Economic Update", Dezembro de 2016. (ii) Banco Mundial, *Indicadores do Desenvolvimento Mundial*. (iii) Instituto Nacional de Estatística, Fevereiro de 2017.

5) LOE 2017. Documento da Fundamentação. Página 34.

6) MEF. Circular No.1/GAB-MEF/2017. "Administração e Execução do Orçamento do Estado para 2017".

7) Para efeitos de referência internacional, este informe reporta o peso calculado a partir do valor total do orçamento, mas também faz referência ao peso reconhecido do governo para efeitos de comparação.

1. Como se define o Sector de Água, Saneamento e Higiene?

O Sector de Água e Saneamento refere-se ao grupo de instituições públicas mandatadas para fornecer serviços de abastecimento de água e saneamento que recebem dotações orçamentais autónomas através do Orçamento do Estado. A sigla em inglês WASH tradicionalmente refere-se à água, saneamento e higiene; contudo, devido à dificuldade de acompanhar as actividades relacionadas com a higiene no Orçamento do Estado, o uso do termo para efeitos do presente relatório predominantemente denota água e saneamento. A componente de água do sector inclui actividades de abastecimento de água e gestão dos recursos hídricos. Por outro lado, a componente de saneamento do sector diz respeito à gestão de resíduos e ao fornecimento de instalações sanitárias pessoais. A estrutura orgânica do Sector de Água, Saneamento e Higiene, que foi modificada pela última vez em 2015, inclui instituições que operam a nível central, provincial e distrital.

A nível central, o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH) regulamenta o sector através da Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento (DNAAS) e da Direcção Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (DNGRH). A DNAAS é responsável por garantir o acesso universal aos serviços de abastecimento de água e saneamento. Separadamente, a DNGRH é responsável pelo desenvolvimento, conservação e uso sustentável dos recursos hídricos de bacias hidrográficas para vários usos, tais como consumo doméstico, agricultura, energia hidroeléctrica, etc. Outras instituições do sector de água, saneamento e higiene a nível central são o Conselho Regulador da Água (CRA), que é o órgão regulador do sector, o Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG), que é o serviço público de abastecimento de água responsável pelo fornecimento de água às grandes cidades e vilas; e também a Administração de Infra-estruturas de Abastecimento de Água e Saneamento (AIAS), que é responsável pelos serviços de abastecimento de água às cidades secundárias/ vilas e serviços de saneamento às zonas urbanas, incluindo as grandes cidades.

As Direcções Provinciais das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (DPOPHRH), as Agências Regionais de Abastecimento de Água (ARA) e os Serviços Distritais do Plano e Infra-estrutura (SDPI) são responsáveis pela administração do sector a nível provincial e distrital. As DPOPHRH a nível provincial alargam o mandato do MOPHRH-



DNAAS para as províncias e fiscalizam a implementação dos programas de investimento no abastecimento de água e saneamento rural do MOPHRH através dos seus Departamentos de Água e Saneamento (DAS). As ARA, também aos níveis descentralizados, alargam o mandato do MOPHRH-DNGRH até às cinco áreas geográficas, assim como regulamentam o uso das águas das bacias hidrográficas através da recolha de informação hidrológica regional, do abastecimento de água aos sistemas de irrigação e da cobrança de taxas de utilização de água. Existem cinco ARA autónomas: (i) a ARA Sul é responsável pelas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane; (ii) A ARA Centro é responsável por Sofala e Manica; (iii) a ARA Zambeze é responsável por Tete e parte da Zambézia; (iv) a ARA Norte-Centro cuida de Nampula e parte da Zambézia; e (v) a ARA Norte é responsável por Cabo Delgado e Niassa⁸. Os SDPI a nível distrital tem um grande portfolio de actividades que incluem a fiscalização de projectos de construção de poços, abertura de furos e pequenos sistemas de abastecimento de água, assim como a construção de latrinas. Além dos SDPI, são implementadas várias actividades relacionadas com a água, saneamento e higiene a nível distrital sob a autoridade das Secretarias Distritais (SD), que não instituições do sector de Água, Saneamento e Higiene, porém jogam um papel importante no sector. Similarmente, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano e o Ministério da Saúde, também têm intervenções na área de saneamento e higiene.⁹

8) Nota: No Orçamento do Estado, a ARA Sul é considerada instituição de nível central. Fonte: Development Finance International, WaterAid. "Absorção Financeira no Sector de Água, Saneamento e Higiene". Página 8.

9) Este Informe Orçamental não incorpora as contribuições para as intervenções em Água, Saneamento e Higiene providas de outras instituições que não tem a responsabilidade específica sobre o sector em Moçambique.

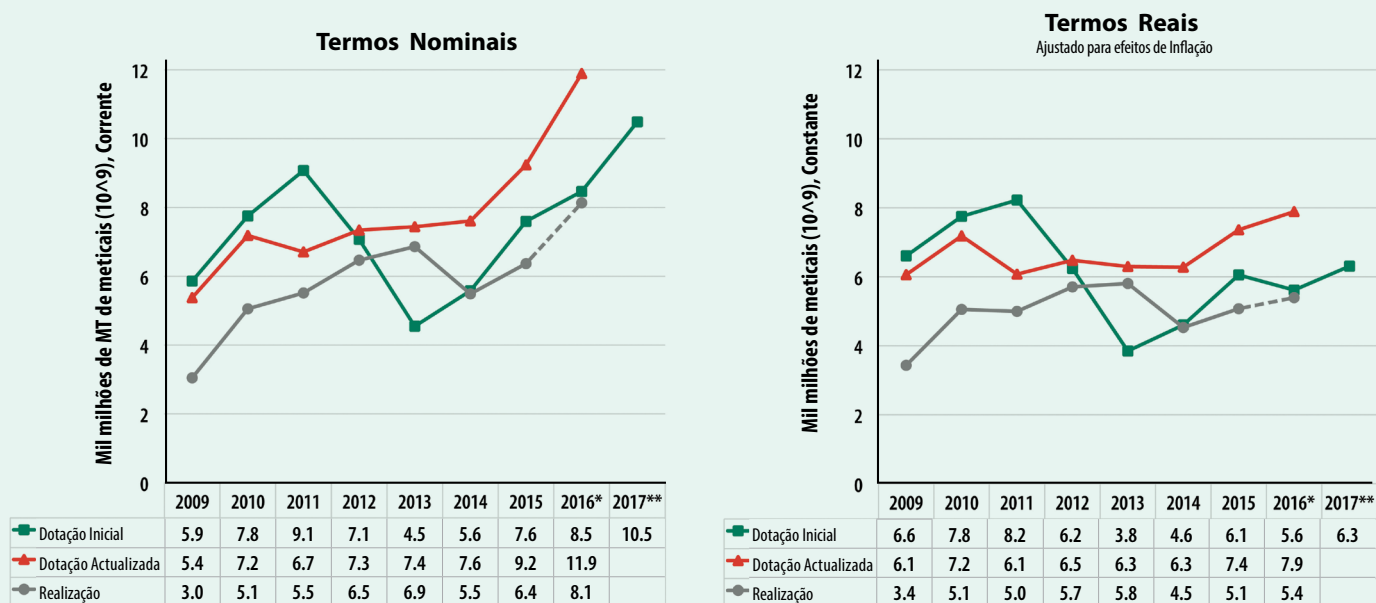
2. Que fonte metodológica é empregue para calcular os totais do Sector de Água, Saneamento e Higiene?

Existem disparidades significativas nos totais do orçamento e da despesa realizada pelo Sector de Água, Saneamento e Higiene entre fontes do MEF e do MOPHRH. No entanto, nenhuma das fontes fornece uma representação perfeita dos recursos aplicados e posteriormente usados no sector. Resumir o total dos recursos alocados ou gastos em actividades de Água, Saneamento e Higiene é um exercício difícil, uma vez que tais actividades são agrupadas com outras actividades das obras públicas e habitação nos totais publicados do MOPHRH, as DPOPHRH, os SDPI, ARAs e os SD. Deste modo, e para se chegar a totais exactos do Sector de Água, Saneamento e Higiene, torna-se necessário filtrar primeiro as actividades não relacionadas com este sector e em seguida calcular os totais ajustados específicos a este sector para cada instituição. Actualmente, os totais do orçamento e despesa do Sector de Água, Saneamento e Higiene são publicados anualmente em duas fontes principais: (i) a Conta Geral do Estado (CGE), compilada pelo Ministério da Economia e Finanças (MEF) e (ii) o Relatório de Execução do Orçamento do Sector de Água, Saneamento e Higiene (WASH REO),¹⁰

juntamente com o Relatório de Avaliação Anual sobre o Desempenho do Sector de Águas (RADS), os dois compilados pelo MOPHRH. Os totais do Sector de Água, Saneamento e Higiene publicados na CGE (especificamente no Mapa I-1-1) não incluem as contribuições das DPOPHRH, SDPI e SD e também excluem efectivamente as actividades não ligadas à Água, Saneamento e Higiene dos totais do MOPHRH. Por outro lado, os totais publicados no REO/RADS do sector de Água, Saneamento e Higiene não contabilizam de forma abrangente a execução de projectos de doadores externos, especificamente os que se encontram dentro do orçamento, mas fora da Conta Única do Tesouro (CUT)¹¹.

Os totais do orçamento e da despesa do Sector de Água, Saneamento e Higiene foram corrigidos de modo a reflectir as actividades específicas a este sector. Os totais do orçamento e da despesa referentes ao período 2009 a 2014 são provenientes de uma análise da despesa pública do Sector de Água, Saneamento e Higiene encomendada pelo UNICEF Moçambique, que contou com extractos de dados da despesa directamente do Sistema de Administração Financeira do Estado de Moçambique, e-SISTAFE, e filtra cuidadosamente as actividades relacionadas com a Água, Saneamento e Higiene para chegar a totais fiáveis. Os totais do orçamento e da despesa referente a 2015 e 2016 são provenientes dos REO do Sector de Água, Saneamento e Higiene e os totais do orçamento de 2017 são da Lei do Orçamento do Estado (LOE) aprovada pelo Parlamento.

FIGURA 1 Orçamento e Despesa do Sector de Água, Saneamento e Higiene



Fonte: Cálculos do autor a partir das CGE 2008-2015, REO IV 2016, LOE 2017. Indicadores do Desenvolvimento Mundial, Inflação de preços ao consumidor (% anual) para 2008-2015] FMI, World Economic Outlook para 2016-2017.

Nota: * No momento em que este documento foi elaborado, de 2015 a conta da despesa pública ainda não tinha sido finalizada; A este respeito, é provável que a despesa total seja maior do que o representado. ** Embora os anos 2009-2016 apresentem números relativos à despesa, 2017 é a dotação orçamental inicial.

10) Existem duas versões dos WASH REO: um é compilado pela DNAAS e diz respeito às instituições sob o seu mandato e o outro é compilado pela DNGRH, que reporta as actividades de instituições separadas sob o seu mandato.

11) Os REO do Sector de Água, Saneamento e Higiene são tradicionalmente publicados apenas uns meses após o fim do ano fiscal. O RADS posteriormente reproduz os totais da despesa documentados nos REO do sector. Embora seja um bom método para fornecer informação em tempo oportuno, não é tempo suficiente para recolher informação de forma abrangente sobre todos os projectos de investimento externo implementados fora da CUT. Uma vez que a CGE é publicada muitos meses após a conclusão do ano fiscal, consegue apresentar uma projecção mais justa do total de fundos executados pelos doadores.

3. Que tendências emergem do Orçamento do Sector de Água, Saneamento e Higiene?

No Orçamento do Estado de 2017, foi alocado ao Sector de Água, Saneamento e Higiene o montante de MT 10,5 mm (US\$ 148,5 m). Este valor representa um grande aumento relativamente ao orçamento e despesa do Sector de Água, Saneamento e Higiene em termos nominais e reais (ver a Figura #1). Em termos nominais, a dotação orçamental do sector de 2017 aumentou 24 por cento comparativamente à dotação de 2016, decresceu 12 por cento quando comparado com a Dotação Actualizada de 2016, e aumentou 29 por cento comparativamente à despesa de 2016. Em termos reais, o orçamento do sector de 2017 representa um menor aumento de 12 por cento relativamente ao orçamento de 2016; decresceu 20 por cento quando comparado com a Dotação Actualizada de 2016, contudo incrementou 17 por cento em relação à despesa de 2016.

A despesa do Sector de Água, Saneamento e Higiene aumentou de forma bastante acentuada em termos nominais, mas apenas ligeiramente em termos reais nos últimos oito anos (ver a Figura #1). Embora as dotações iniciais ao sector tenham demonstrado uma grande variação ao longo do tempo, a despesa do sector aumentou de forma

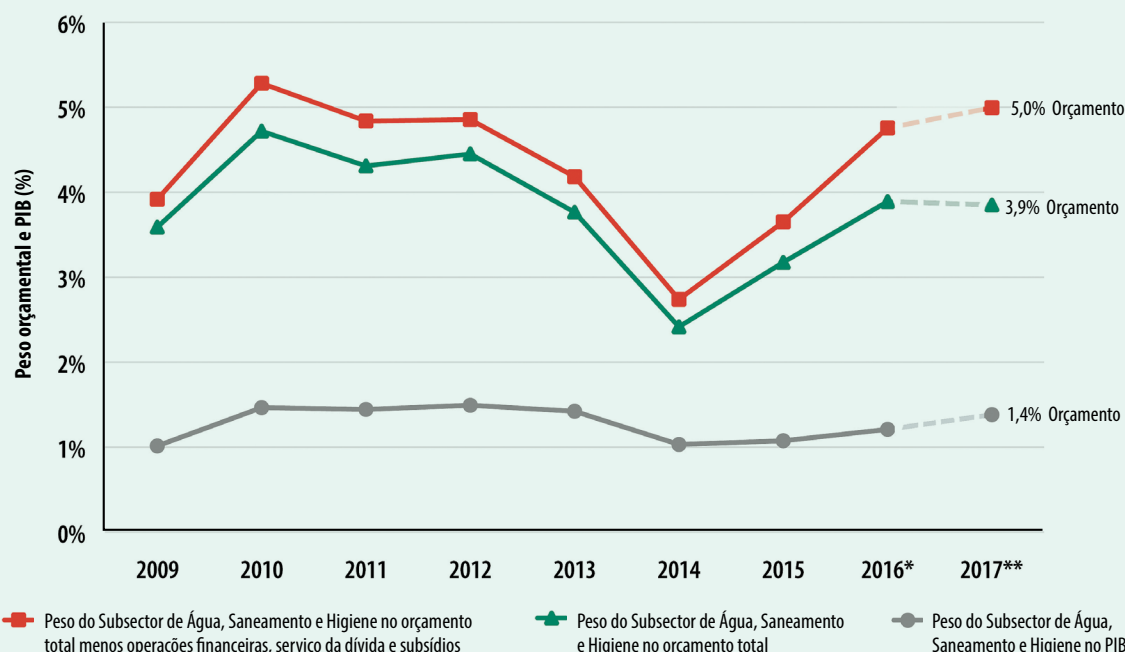
10,5

mil milhões de MT foram alocados ao Sector de Água, Saneamento e Higiene no OE de 2017.

constante até 2013; reduziu ligeiramente em 2014 e depois voltou a aumentar em 2016. Entre 2015 e 2016, a despesa do sector aumentou em 27 por cento em termos nominais, mas em apenas 6 por cento em termos reais¹². A redução da despesa em 2014 deve-se predominantemente ao encerramento do Millennium Challenge Account de Moçambique, que contribuiu em grande medida para os gastos no sector da água e infra-estrutura até 2013. As grandes diferenças registadas entre a dotação inicial, a dotação rectificativa e a despesa é largamente representativa das dificuldades enfrentadas pelo MEF no controlo dos recursos dos doadores externos que, em média, constituem 80 por cento dos recursos do Sector de Água, Saneamento e Higiene¹³.

O peso do Sector de Água, Saneamento e Higiene no Orçamento do Estado e no PIB manteve-se praticamente o mesmo que o de 2016 (ver a Figura #2). O orçamento deste sector para 2017 equivale a 3,9 por cento de todo o Orçamento do Estado, que é o mesmo que o de 2016.

FIGURA 2 Tendências no peso do Sector de Água, Saneamento e Higiene



Fonte: Fonte: Cálculos do autor a partir das CGE 2009-2015; REO IV 2016; WASH REO/RADS 2016; LOE 2017; WB WDI, "GDP (LCU corrente)" for 2008-2015 | FMI, World Economic Outlook for 2016-2017.

Nota: Relativamente a 2008 até 2015, o peso é calculado com base na despesa. * No momento em que este documento foi elaborado, a conta da despesa pública de 2016 ainda não tinha sido finalizada; a este respeito, é provável que estes totais sejam maiores do que o representado. ** As partes referentes a 2017 são dotações orçamentais iniciais, e não despesa.

12) Em 2016 registou-se uma taxa de inflação de 6 por cento em Moçambique.

13) Em suma, os recursos dos doadores que estão dentro do orçamento mas fora da conta única do tesouro devem ser acompanhados trimestralmente pelo MEF. Contudo, porque os doadores muitas vezes não apresentam relatórios atempadamente para a publicação do orçamento, estes recursos não são contabilizados na dotação inicial, mas são posteriormente registados como dotação rectificativa. No fim do ano fiscal, os doadores ou não reportam as despesas de forma atempada ou nem sequer reportam e, por esta razão, a despesa dos doadores não está totalmente reflectida nos relatórios da despesa.



Foto: © UNICEF/Moçambique

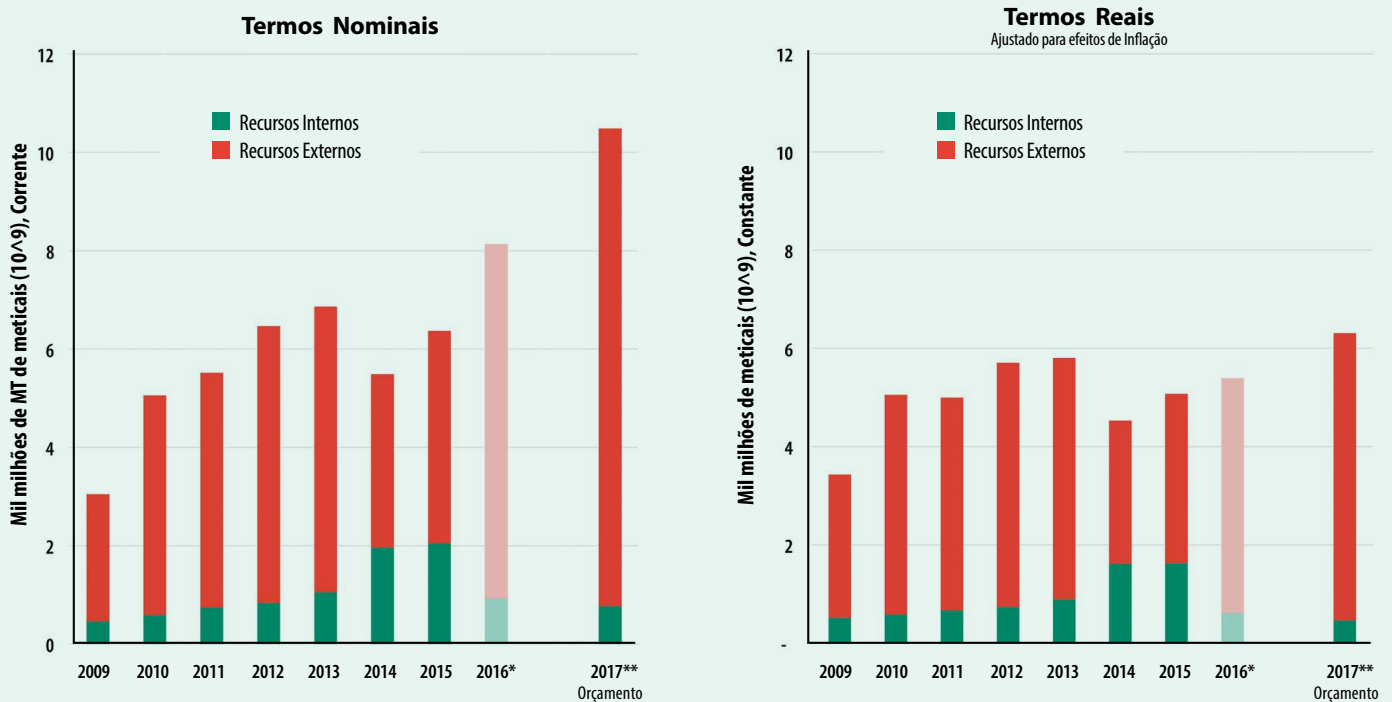
Porém, deve-se notar que de acordo com a metodologia utilizada pelo governo no cálculo do peso dos sectores sociais¹⁴, o orçamento do Sector de Água, Saneamento e Higiene é igual a 5 por cento do Orçamento do Estado de 2017. O peso do sector no PIB, que tem sido relativamente estável ao longo do tempo situando-se em um por cento, aumentou ligeiramente em 2017.

4. De onde provêm os recursos do Sector de Água, Saneamento e Higiene?

O Sector de Água, Saneamento e Higiene em Moçambique é financiado por recursos internos e externos. Os recursos internos são colectados através de impostos, tarifas, direitos e crédito interno, sendo complementados (até 2015) pelo Apoio Geral ao Orçamento (AGO), que é a ajuda ao desenvolvimento não reservada ao Governo moçambicano de um grupo de parceiros de desenvolvimento. Específico do Sector de Água, Saneamento e Higiene, os recursos internos são também suplementados por receitas provenientes de taxas dos utilizadores relativas ao consumo de água. Por outro lado, os recursos externos são constituídos por ajuda externa fora do AGO, doações e crédito externo.

Os recursos externos alocados ao Sector de Água, Saneamento e Higiene pertencem a duas categorias: (i) contribuições do Fundo Comum¹⁵, que são doações dos doadores para o Fundo Comum para este sector - PRONASAR e (ii) "Fundos de Projectos Bilaterais", que são todas as outras subvenções e créditos não canalizados através do Fundo Comum. Teoricamente, os fundos de projectos bilaterais são coordenados entre o doador e o MOPHRH e aplicados através de uma variedade de modalidades, nomeadamente: (i) apoio directo ao governo, com implementação apenas

FIGURA 3 Recursos internos e externos do Sector de Água, Saneamento e Higiene



Fonte: Cálculos do autor a partir das CGE 2009-2015; WASH REO/RADS 2016; LOE 2017.

Nota: * No momento em que este documento foi elaborado, a conta de despesa pública de 2016 ainda não tinha sido finalizada; a este respeito, é provável que estes totais sejam maiores do que o representado. ** 2017 representa o orçamento inicial, enquanto 2008 a 2016 representa o que foi gasto.

14) Ao invés de usar o volume total do Orçamento do Estado como denominador, o Governo de Moçambique calcula o peso percentual utilizando o total do Orçamento do Estado menos o serviço da dívida, as operações financeiras e os subsídios. Este relatório calcula o peso percentual a partir do total do Orçamento do Estado, que é a prática normal para referência internacional.

15) Os recursos do PRONASAR são utilizados como se fossem recursos internos: são inscritos no orçamento e canalizados através da CUT.

9,7

mil milhões de MT é a contribuição dos doadores ao Sector de Água, Saneamento e Higiene em 2017. Este valor corresponde a mais de 90 por cento dos recursos totais do sector para o mesmo ano.

pelo governo ou conjunta parceiro-governo, muitas vezes “Dentro do Orçamento, Dentro da CUT”; (ii) implementação dos parceiros ou de terceiros, muitas vezes “Dentro do Orçamento, Fora da CUT”; ou (iii) implementação de parceiros ou de terceiros, mas “Fora do Orçamento”. Um dos principais desafios que o MOPHRH enfrenta, e também para a análise orçamento / despesa no sector, é a inconsistência ou inexistência de relatórios dos doadores sobre o seu orçamento e despesa referentes a projectos bilaterais que estão Fora da CUT e Fora do Orçamento.

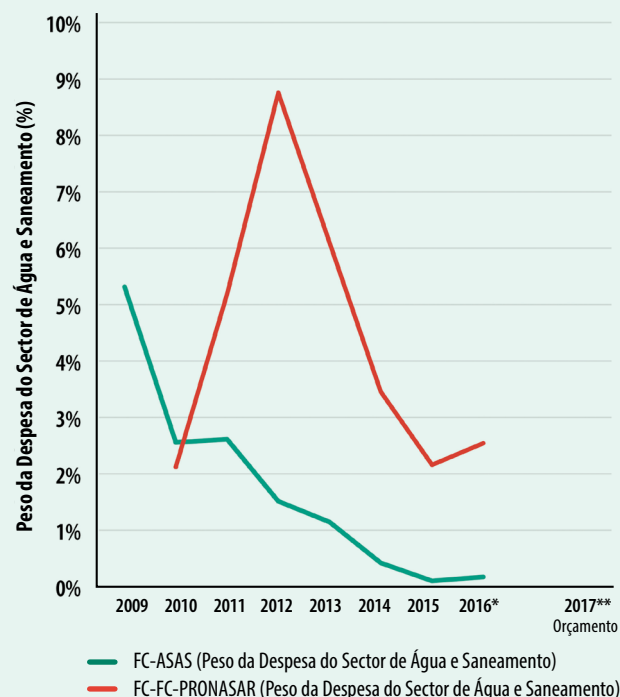
As contribuições dos doadores para o orçamento do Sector de Água, Saneamento e Higiene 2017 equivalem a MT 9,7 mm, ou seja, mais de 90 por cento do total dos recursos destinados ao sector (ver a Figura #3). Embora nos últimos sete anos os recursos externos destinados ao orçamento deste sector tenham sido, em média, cerca de 80 por cento, os recursos externos para o orçamento do sector de 2017 representam 93 por cento do total. Isto deve-se aos seguintes factores: i) elevado financiamento externo a dois projectos de investimento (i.e. Barragens de Massingir e Moamba Major); ii) redução do financiamento de investimento interno como corolário da crise macroeconómica e fiscal que afecta o país.

Embora o peso do financiamento do Governo ao sector tenha aumentado nos últimos anos, reduziu em 2016 e atingiu o mínimo de sempre no orçamento de 2017 (ver a Figura #3). Em 2014 e 2015, o Governo contribuiu em 36 e 32 por cento, respectivamente, para o Sector de Água, Saneamento e Higiene; todavia, em 2016 apenas 12 por cento da despesa do sector foi financiada pelo Governo. Em 2017, o Governo orçamentou MT 0,7 mm para este Sector, que representa uma ligeira descida em termos nominais de MT 0,9 mm em 2016. Porém, devido ao grande aumento registado no financiamento externo em 2017, o peso orçamentado dos recursos internos para o sector é de apenas 7 por cento, que é a menor percentagem dos últimos nove anos.

Apesar de alguns doadores continuarem a contribuir para o sector através do Fundo Comum do Programa Nacional de Água e Saneamento Rural (PRONASAR), o financiamento geral aos fundos comuns do sector reduziu acentuadamente nos últimos anos (ver a Figura #4)¹⁶. Embora cerca de 9 por cento do Sector de Água, Saneamento e Higiene tenham sido financiados através do PRONASAR/Fundo Comum em 2012, o seu valor nominal e o peso do sector reduziram nos últimos anos. No orçamento de 2017, a contribuição do PRONASAR/Fundo Comum para o sector representa apenas um pouco mais de 1 por cento do total dos recursos disponibilizados. O fundo comum do Apoio Sectorial ao Sector de Água (ASAS) – financiado apenas por um parceiro - registou uma redução constante semelhante no seu financiamento, até ser eliminado gradualmente em 2016.



FIGURA 4 Contribuições dos fundos comuns do Sector de Água, Saneamento e Higiene



Fonte: Cálculos do autor a partir das CGE 2009-2015; WASH REO/RADS 2016; LOE 2017.

Nota: * No momento em que este documento foi elaborado, a conta de despesa pública de 2016 ainda não tinha sido finalizada; a este respeito, é provável que estes totais sejam maiores do que o representado. ** Os totais de 2017 são dotações orçamentais iniciais, e não despesa.

16) O Fundo Comum do Programa Nacional para o Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR) foi lançado em 2010 e é financiado pelo Governo do Reino Unido, Suíça, Áustria e pelo UNICEF.

5. Como é que os recursos do Sector de Água, Saneamento e Higiene são gastos?

O Ministério da Economia e Finanças (MEF) liberta a dotação inicial através da CUT para cada instituição do Sector de Água, Saneamento e Higiene com orçamento autónomo e posteriormente actualiza a dotação com base nas taxas de execução orçamental e nos recursos disponíveis (dotação actualizada). As instituições controlam a execução através do e-SISTAFE (Sistema de Administração Financeira do Estado), que produz os relatórios de execução orçamental (REO) trimestrais e a Conta Geral do Estado (CGE) anual. A maneira como o orçamento do Sector de Água, Saneamento e Higiene de 2017 será gasto pode ser analisada de quatro perspectivas:

5.1 Despesa de Funcionamento vs. de Capital

O orçamento do Sector de Água, Saneamento e Higiene está dividido em duas categorias: Funcionamento e Investimento. As despesas de funcionamento descrevem os gastos com salários, remunerações, bens e serviços, custos operacionais, transferências e operações financeiras. Investimento (isto é, Capital) descrevem os gastos destinados a melhorar as infraestruturas do sector e produtividade e eficiência do sector a longo prazo. No sistema da contabilidade pública moçambicana, as despesas correntes aparecem nos documentos orçamentais como sendo exclusivamente financiada através de recursos internos, enquanto que o investimento é financiado através de recursos internos e externos. Embora todo o financiamento externo é registado

no orçamento como “investimento externo”, uma parte do investimento externo pode, na realidade, estar a contribuir para as funções de funcionamento. Com isso, recomenda-se que o MEF crie alguma possibilidade de rastreamento. Considerando o facto de que o e-SISTAFE agora está em condições de controlar a despesa de funcionamento externa, torna-se importante que o MEF crie condições para que se possa rastrear as despesas correntes dos projectos financiados externamente. Isto poderia melhorar a compreensão dos níveis de investimento no sector de Água, Saneamento e Higiene, bem como noutros sectores sociais.

A maior parte dos gastos do Sector de Água, Saneamento e Higiene estão relacionados com o investimento (ver a Figura #5). Mas tal como foi anteriormente mencionado, o actual nível de detalhe do sistema contabilístico moçambicano não permite a identificação do volume exacto dos recursos de funcionamento destinados ao Sector de Água, Saneamento e Higiene. Não obstante, mesmo se fosse possível medir com exactidão o verdadeiro volume do financiamento de funcionamento ao Sector, o rácio do investimento por recursos de funcionamento continuaria a ser muito elevado.

O investimento financiado pelos doadores superou de forma persistente o investimento financiado internamente (ver a Figura #5). Esta tendência tornou-se ainda mais evidente em 2016 e 2017. Embora o investimento interno equivalesse a cerca de 30 por cento da despesa do sector em 2015, o seu peso no total da despesa caiu para 10 por cento em 2016. No orçamento do Sector de Água, Saneamento e Higiene de 2017, o investimento interno equivale apenas a 7 por cento do total do orçamento do sector, enquanto o investimento externo equivale a 93 por cento.

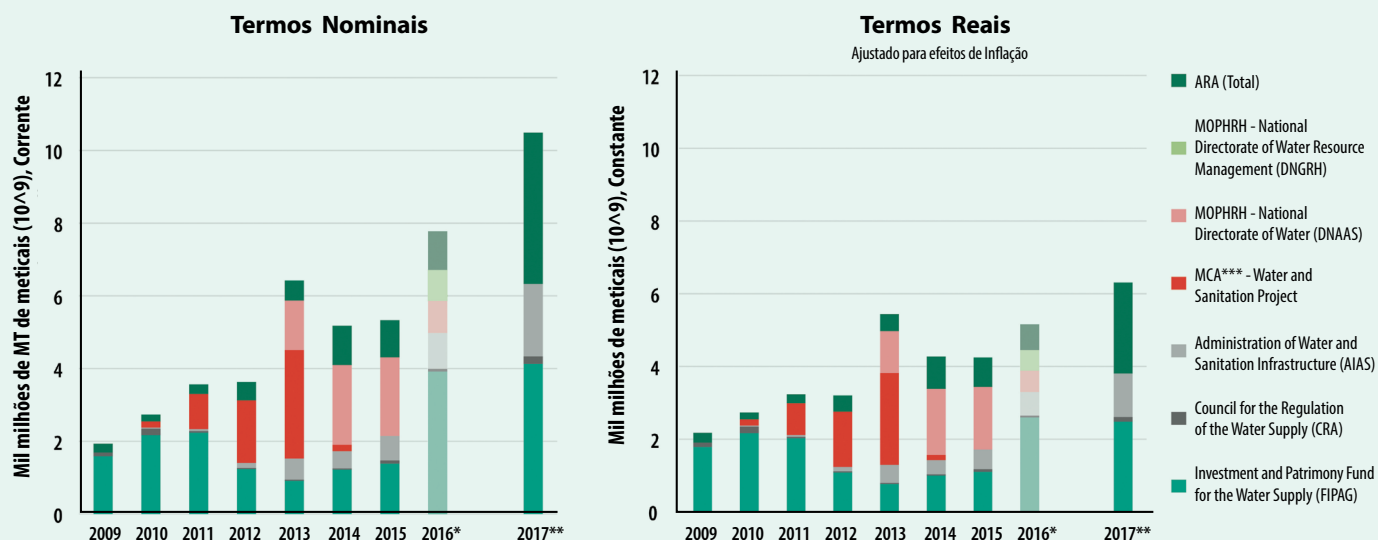
FIGURA 5 Comparação entre a despesa de investimento e de funcionamento



Fonte: Cálculos do autor a partir das CGE 2009-2015; WASH REO/RADS 2016; LOE 2017.

Nota: * No momento em que este documento foi elaborado, a conta de despesa pública de 2016 ainda não tinha sido finalizada; a este respeito, é provável que estes totais sejam maiores do que o representado. ** Os totais de 2017 são dotações orçamentais iniciais, e não despesa.

FIGURA 6 Despesa por instituição do Sector de Água, Saneamento e Higiene



Fonte: Cálculos do autor a partir das CGE 2009-2015; WASH REO/RADS 2016; LOE 2017.

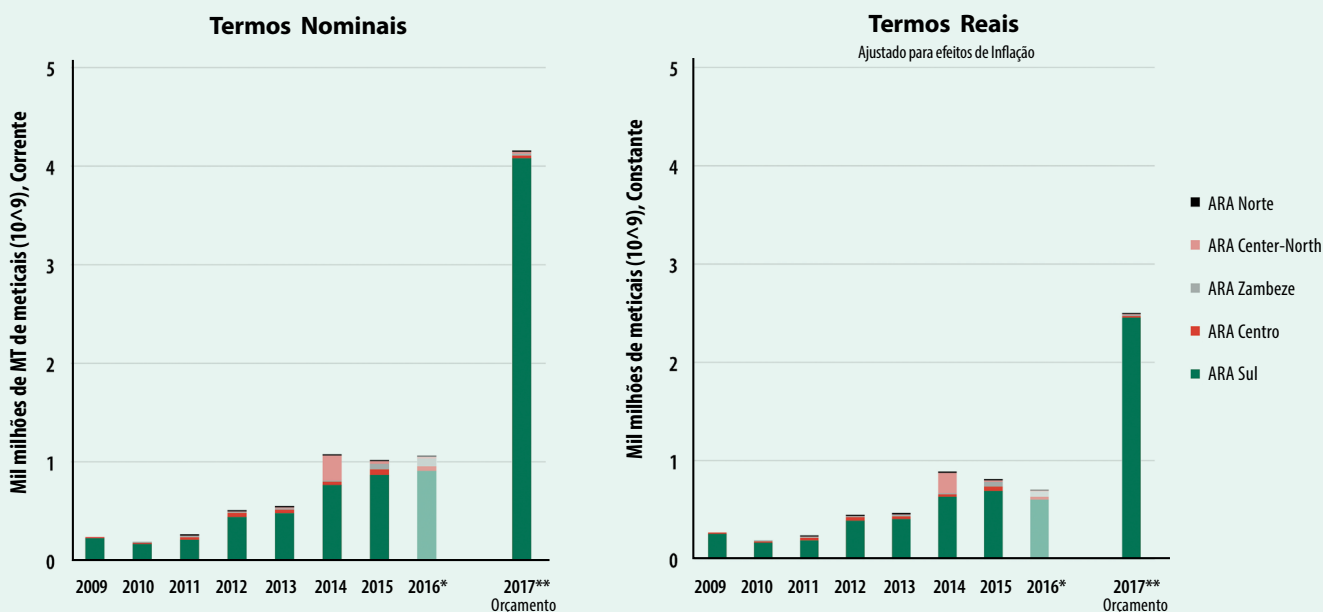
Nota: * No momento em que este documento foi elaborado, a conta de despesa pública de 2016 ainda não tinha sido finalizada; a este respeito, é provável que estes totais sejam maiores do que o representado. ** Os totais de 2017 são dotações orçamentais iniciais, e não despesa.

5.2 Despesa por instituição do Sector de Água, Saneamento e Higiene

As Agências Regionais de Abastecimento de Água mostram o maior ganho de recursos no orçamento do Sector de Água, Saneamento e Higiene de 2017 (ver a Figura #6). Embora tivessem sido alocada às ARA uma média de 10 por cento dos recursos do sector entre 2009 e 2016, o orçamento previa que recebessem 40 por cento do orçamento do sector para 2017. Das cinco Agências Regionais de Abastecimento de Água, a ARA Sul registou

historicamente o maior gasto e em 2017 recebeu a maior alocação de recursos do Sector de Água, Saneamento e Higiene (ver a Figura #7). Com efeito, a ARA Sul, executou em média meio bilhão (mil milhão) de metical por ano entre 2009 e 2016; Em 2017, a ARA Sul deverá receber um orçamento de cerca de MT 4 mm. No entanto, 95 por cento do orçamento da ARA Sul correspondem a dotações e empréstimos para a reabilitação da Barragem de Massingir e para a construção da Barragem de Moamba Major. Assim, quando isolados estes grandes projectos, as dotações à ARA Sul se encontram em consonância com as dotações à outras ARA.

FIGURA 7 Despesa da ARA por região



Fonte: Cálculos do autor a partir das CGE 2009-2015; WASH REO/RADS 2016; LOE 2017.

Nota: ARA significa Administração Regional das Águas. * No momento em que este documento foi elaborado, a conta de despesa pública de 2016 ainda não tinha sido finalizada; a este respeito, é provável que estes totais sejam maiores do que o representado. ** Os números de 2017 são dotações orçamentais iniciais, e não despesa.

52%

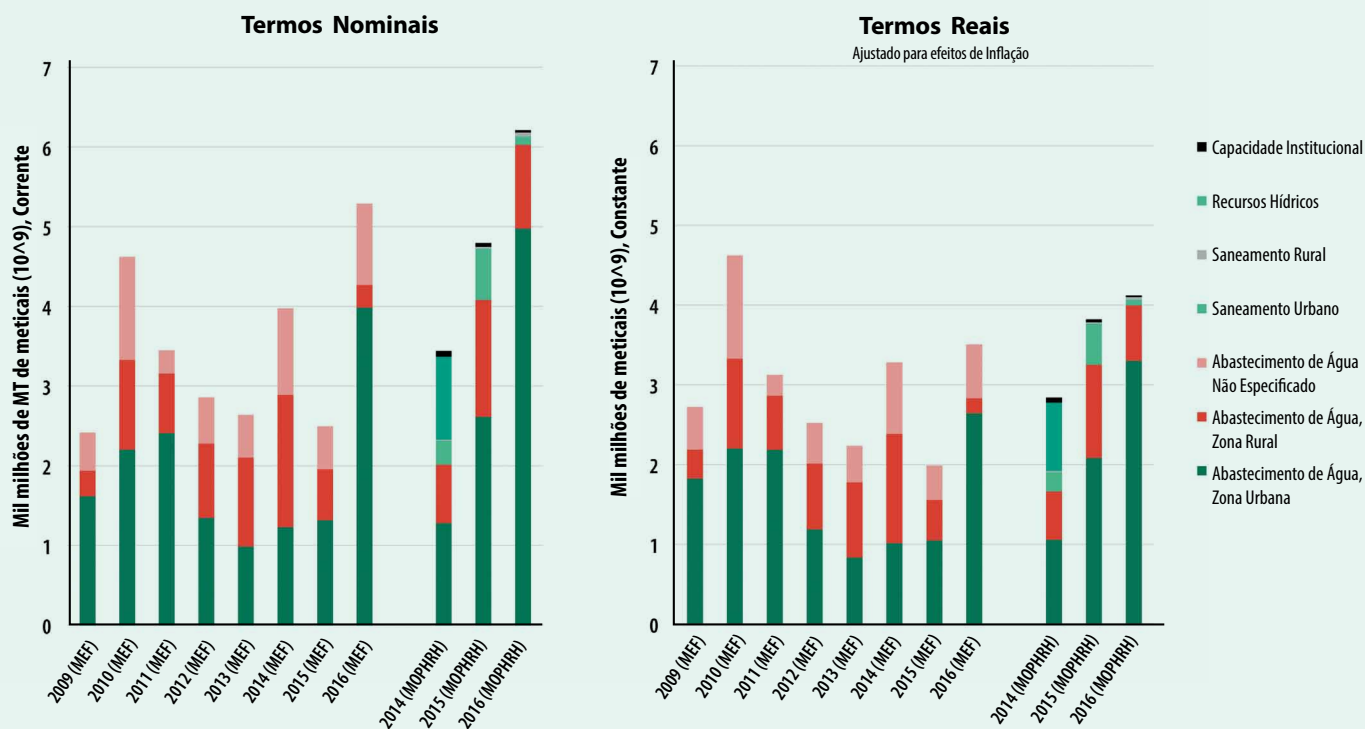
do total da despesa de Água, Saneamento e Higiene, no período entre 2009 e 2016 foram dedicados ao Abastecimento de Água Urbana. Esta é a maior parcela dos recursos do sector.

5.3 Despesa por classificação funcional

O Sector de Água, Saneamento e Higiene requer um melhor acompanhamento da despesa do sector por classificação funcional (ver a Figura #8). Embora o MEF controle três classificações funcionais para este sector (ou seja, abastecimento de água às zonas urbanas, abastecimento de água às zonas rurais e abastecimento de água não especificado), o MOPHRH iniciou uma classificação de seis categorias em 2014. As categorias funcionais controladas pelo MOPHRH são: abastecimento de água às zonas urbanas, abastecimento de água às zonas rurais, saneamento urbano, saneamento rural, recursos hídricos e capacitação institucional. Contudo, os totais do classificador funcional referentes ao sector ainda são inferiores aos totais da classificação orgânica. Este facto, aliado ao grande volume de recursos que se enquadram na categoria "não especificado", sugere que o controlo da despesa funcional para o Sector de Água, Saneamento e Higiene ainda não é abrangente. O sector deveria priorizar a utilização de uma classificação programática ligada aos objectivos estratégicos, programas e sub-programas do PQG. Isto permitiria uma melhor compreensão de como a despesa no sector está directamente relacionada com as prioridades nacionais.

O maior peso do financiamento do Sector de Água, Saneamento e Higiene destina-se ao Abastecimento de Água às Zonas Urbanas. De acordo com os dados do MEF, a despesa relativa ao Abastecimento de Água às Zonas Urbanas foi em média 52 por cento do total da despesa de água, saneamento e higiene entre 2009 e 2016. A despesa do Abastecimento de Água às Zonas Urbanas demonstrou uma tendência crescente, que culminou em 2016 com um peso de 75 por cento do total da despesa do sector. Não obstante, os dados do MOPHRH reportam um aumento ainda maior dos gastos referentes ao Abastecimento de Água às Zonas Urbanas com um peso de 80 por cento da despesa do sector em 2016. Por outro lado, e de acordo com os dados do MEF, a média da despesa do Abastecimento de Água às Zonas Rurais foi de 26 por cento do total da despesa de água, saneamento e higiene nos últimos oito anos, mas reduziu para 5 por cento, o valor mais baixo ao longo do tempo, em 2016. Porém, deve-se notar que os dados desagregados do MOPHRH reportam um peso de 17 por cento do Abastecimento de Água às Zonas Rurais.¹⁷ Tanto os dados MEF como os do MOPHRH mostram que o Saneamento Rural recebe ínfimos recursos do sector. No entanto, o MEF nem sequer faz a monitoria e contabilização dos recursos alocados ao Saneamento Rural, e por sua vez o MOPHRH reporta que o Saneamento Rural recebe menos de 1 por cento dos recursos do sector.

FIGURA 8 Despesa por classificação funcional



Fonte: Cálculos do autor a partir das CGE 2009-2015, REO 2016, WASH REO/RADS 2014, 2015, 2016.

Nota: Duas "classificações funcionais" diferentes: (i) classificação funcional do MEF e (ii) classificação funcional da DNAAS do MOPHRH. Existem diferentes categorias em cada uma, ou seja, a primeira mostra apenas água e a última é mais detalhada.

17) Esta discrepância de dados alerta para a necessidade para o fortalecimento da capacidade do Governo para monitorar as despesas do sector de Água, Saneamento e Higiene.

75%

é a taxa média de execução do Sector de Água, Saneamento e Higiene entre 2009 e 2016. Em 2016, a taxa de execução foi de cerca de 68%. Isto foi em grande parte devido à crise económica e financeira.

6. Em que medida o Sector de Água, Saneamento e Higiene executou os seus orçamentos no passado?

A execução orçamental agregada do Sector de Água, Saneamento e Higiene em 2016 foi de 68,4 por cento, essencialmente devido à fraca execução tanto do investimento interno como do externo (ver a Figura #9). Entre 2009 e 2016, o Sector de Água, Saneamento e Higiene enfrentou dificuldades na execução do seu orçamento total; de uma maneira geral, o sector executou em média 75 por cento do seu orçamento referente a esses anos. Este valor é inferior à média da taxa de execução do Orçamento do Estado de 87 por cento para os mesmos anos. Devido a crise económica em 2016, os doadores congelaram os seus apoios ao sector no início do ano, e posteriormente desembolsaram no terceiro e no quarto trimestres do ano. Este desembolso tardio resultou numa taxa de execução de investimento externo de 71 por cento. Contudo, é importante salientar que apesar dos desembolsos tardios e incompletos, a fraca taxa de

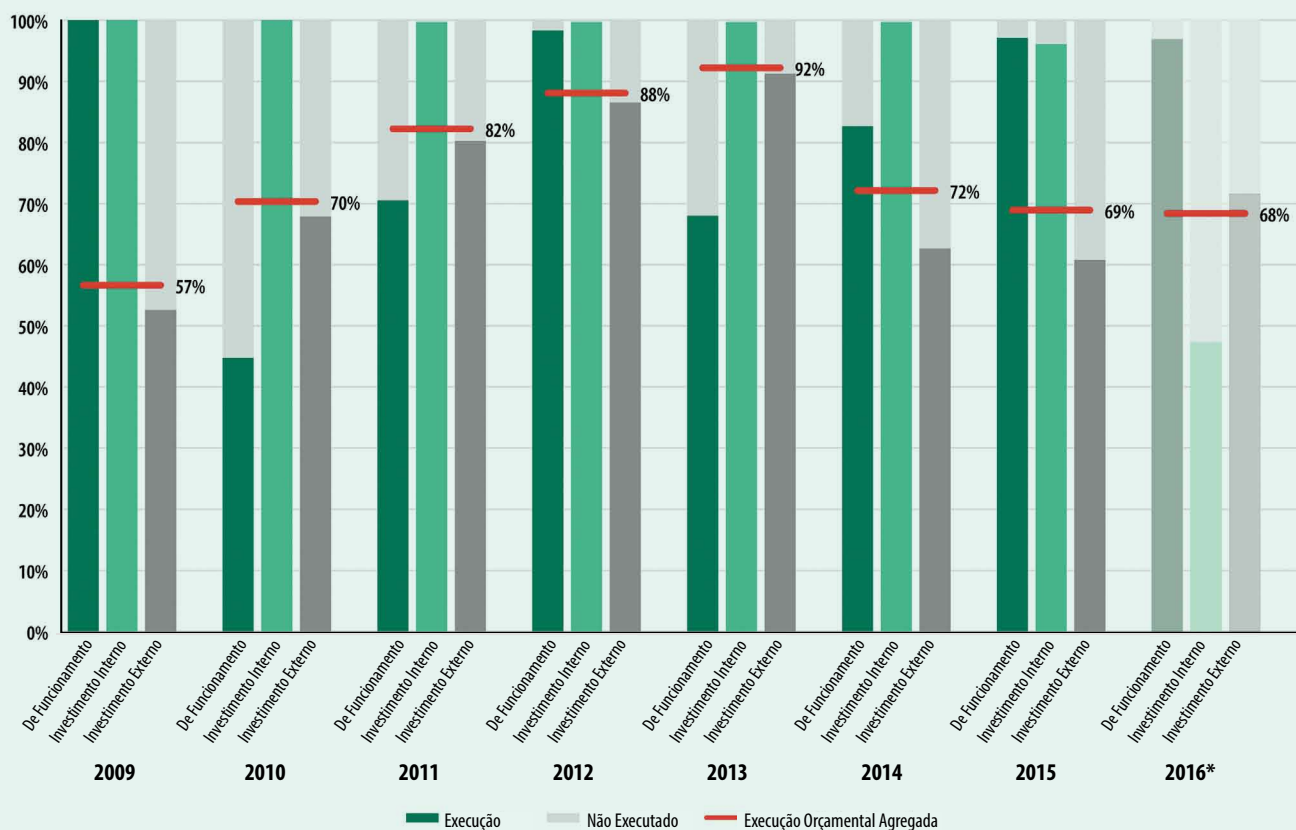


Foto: ©UNICEF/Moçambique

execução dos doadores é também provavelmente um reflexo da fraca prestação de contas dos doadores sobre os projectos inscritos dentro do orçamento, mas financiados fora da CUT. No contexto da crise de 2016, o investimento interno também foi executado de forma inadequada. Com efeito, embora entre 2009 e 2016 a taxa de execução do investimento interno tivesse registado uma média de 93 por cento, em 2016 foi de 47 por cento.

FIGURA 9

Execução do Orçamento do Sector de Água, Saneamento e Higiene



Fonte: Cálculos do autor a partir das CGE 2008-2015, REO IV 2016.

Nota: *No momento em que este documento foi elaborado, a conta de despesa pública de 2016 ainda não tinha sido finalizada; a este respeito, é provável que estes totais sejam maiores do que o representado.

6,2

mil milhões de MT correspondem a dívida do sector em 2016. Isto é principalmente atribuível aos investimentos em infra-estrutura na Administração Regional da Água Sul.

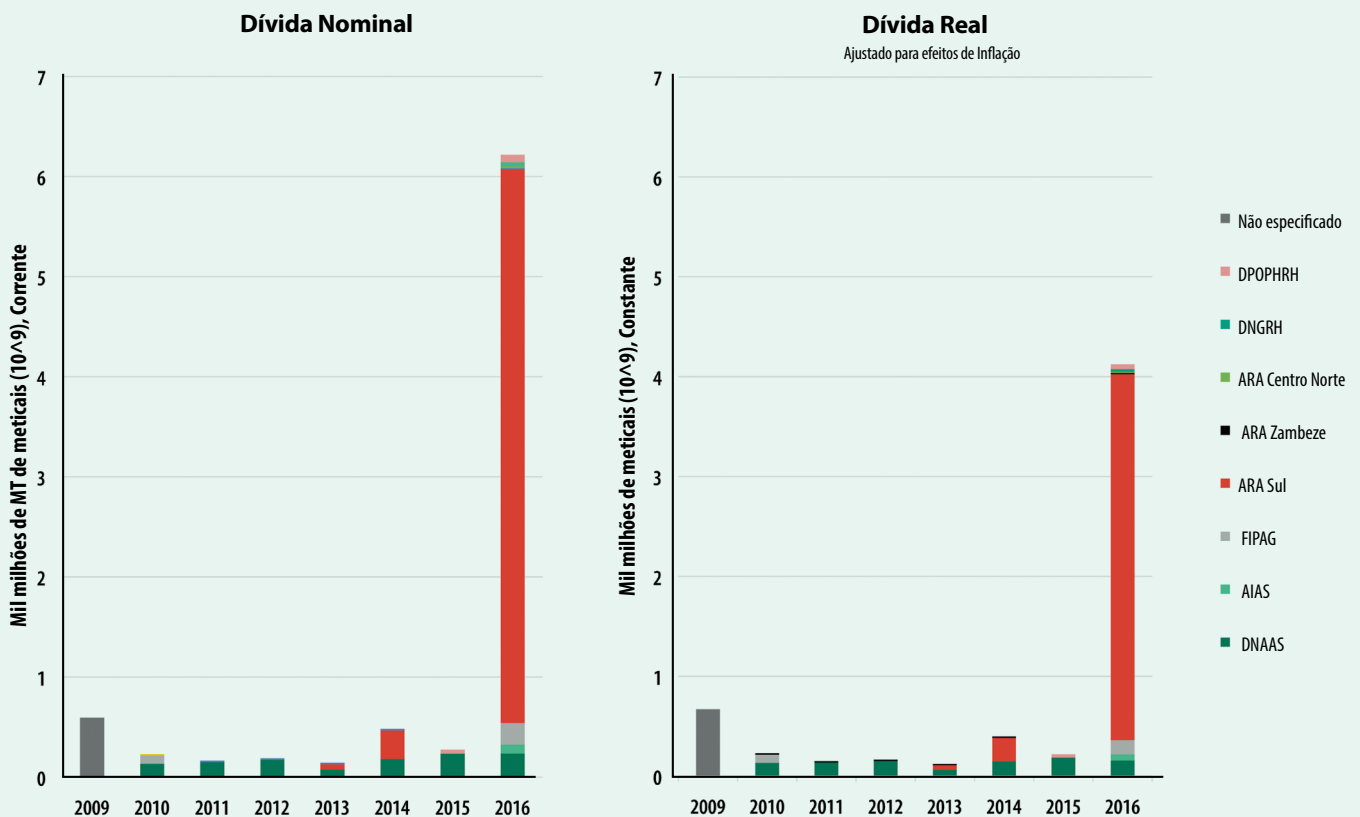


Foto: ©UNICEF/Moçambique

7. Quanto vale a dívida do Sector de Água, Saneamento e Higiene?

Nos últimos anos, o Governo assumiu dívidas para complementar o financiamento ao Sector de Água, Saneamento e Higiene¹⁸. Entre 2009 e 2016, as principais instituições deste sector assumiram dívidas financiadas interna e externamente. A dívida do sector atingiu o seu pico em 2016, tanto em termos nominais como reais (ver a Figura #10). Embora entre 2009 e 2015 a média da dívida do sector fosse de MT 296 m em termos nominais e MT 279 m em termos reais, a dívida de 2016 equivale a MT 6,2 b em termos nominais e MT 4,1 b em termos reais. A dívida do Sector de Água, Saneamento e Higiene de 2016 é atribuída em grande medida à ARA Sul para a infra-estrutura de armazenamento de água, nomeadamente a reabilitação da barragem de Massingir e a construção da barragem Moamba Major.

FIGURA 10 Dívida do Sector de Água, Saneamento e Higiene



Fonte: Compilação do autor a partir do REO/RADS 2010/2016.

18) A dívida do sector consiste em obrigações de pagamento da dívida (*factura*), dinheiro devido através do imposto sobre o valor acrescentado (*IVA*) e dinheiro devido para os subsídios do Governo (*participação*).

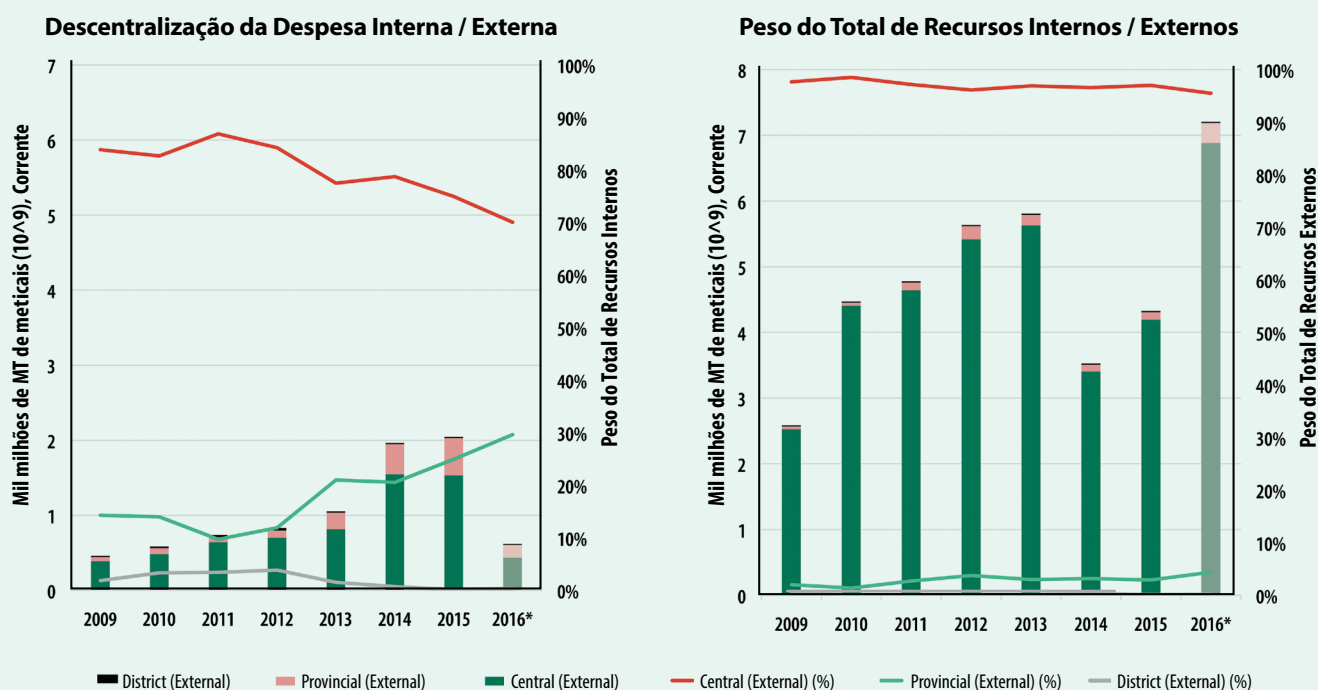
A gestão das despesas internas e externas no sector de Água, Saneamento e Higiene é altamente centralizada.

8. Em que medida o Sector de Água, Saneamento e Higiene foi descentralizado?

O Sector de Água, Saneamento e Higiene é altamente centralizado, apesar dos recentes esforços do Governo tendo em vista a descentralização (ver a Figura #11). Em 2014, o MOPHRH criou 14 SDPI¹⁹ como unidades gestoras autónomas do orçamento com competência a nível distrital nas áreas de obras públicas, habitação e actividades de água e saneamento.²⁰ Contudo, os recursos internos e externos continuam altamente centralizados. Em 2016, cerca de 70 por cento da despesa interna e 95 por cento da despesa externa foram destinados ao nível central. A despesa externa altamente centralizada pode ser explicada em parte pelo facto de os doadores com desembolsos dentro do orçamento se dirigirem às instituições de nível central (isto é, ao MOPHRH) antes de serem descentralizados internamente. O Governo deve priorizar a capacitação das DPOPHRH e SDPI para poder implementar projectos de investimento de maior envergadura com financiamento externo.



FIGURA 11 Descentralização da despesa do Sector de Água, Saneamento e Higiene



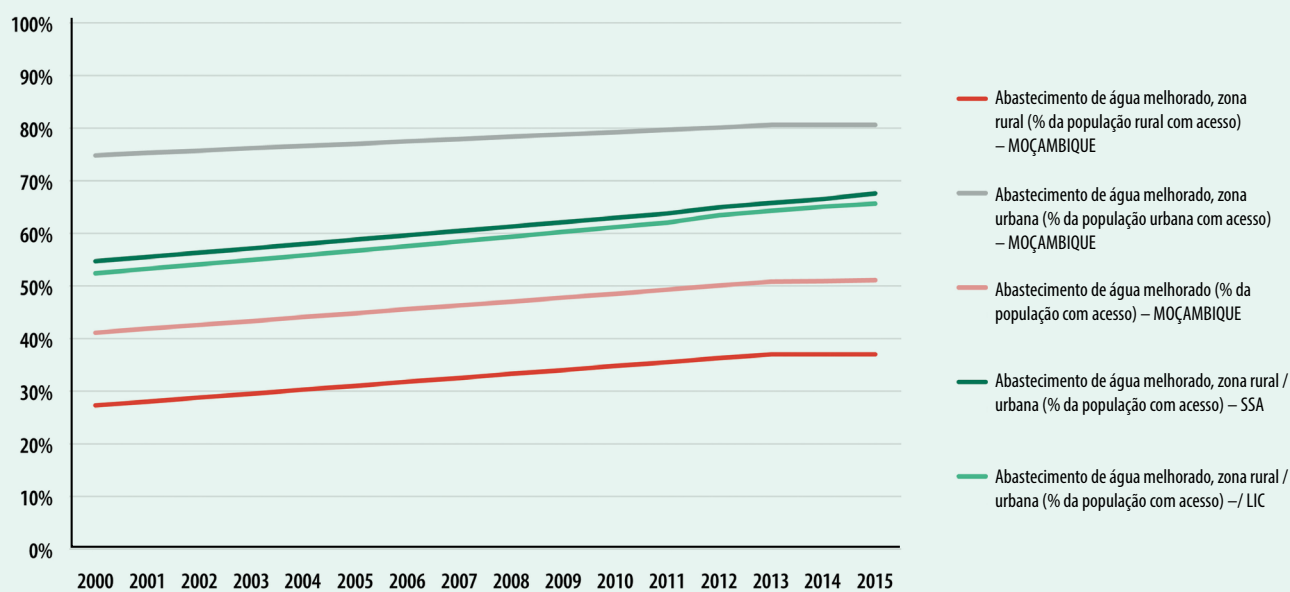
Fonte: Compilação do autor a partir das CGE 2009-2015; WASH REO/RADS 2016; LOE 2017.

Nota: Em relação ao MOPHRH e às DPOPHRH não há despesas de funcionamento registadas, apenas de investimento, uma vez que nem todas as actividades referidas estão relacionadas com a água, saneamento e higiene e é impossível desagregar as despesas de funcionamento para as actividades específicas ao sector da água, saneamento e higiene. * No momento em que este documento foi elaborado, a conta de despesa pública de 2016 ainda não tinha sido finalizada; a este respeito, é provável que estes totais sejam maiores do que o representado. ** Os números de 2017 são dotações orçamentais iniciais, e não despesa.

19) Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas. Os SDPIs estão em 14 distritos: Ngauma, Marrupa (Niassa); Muidumbe, Chiure (Cabo Delgado); Meconta, Mogincual (Nampula); Cahora Bassa, Mágoe (Tete); Bárue, Tambara (Manica); Chibabava, Caia (Sofala); Massinga, Morrumbene (Inhambane).

20) LOE 2014, Documento de Fundamentação

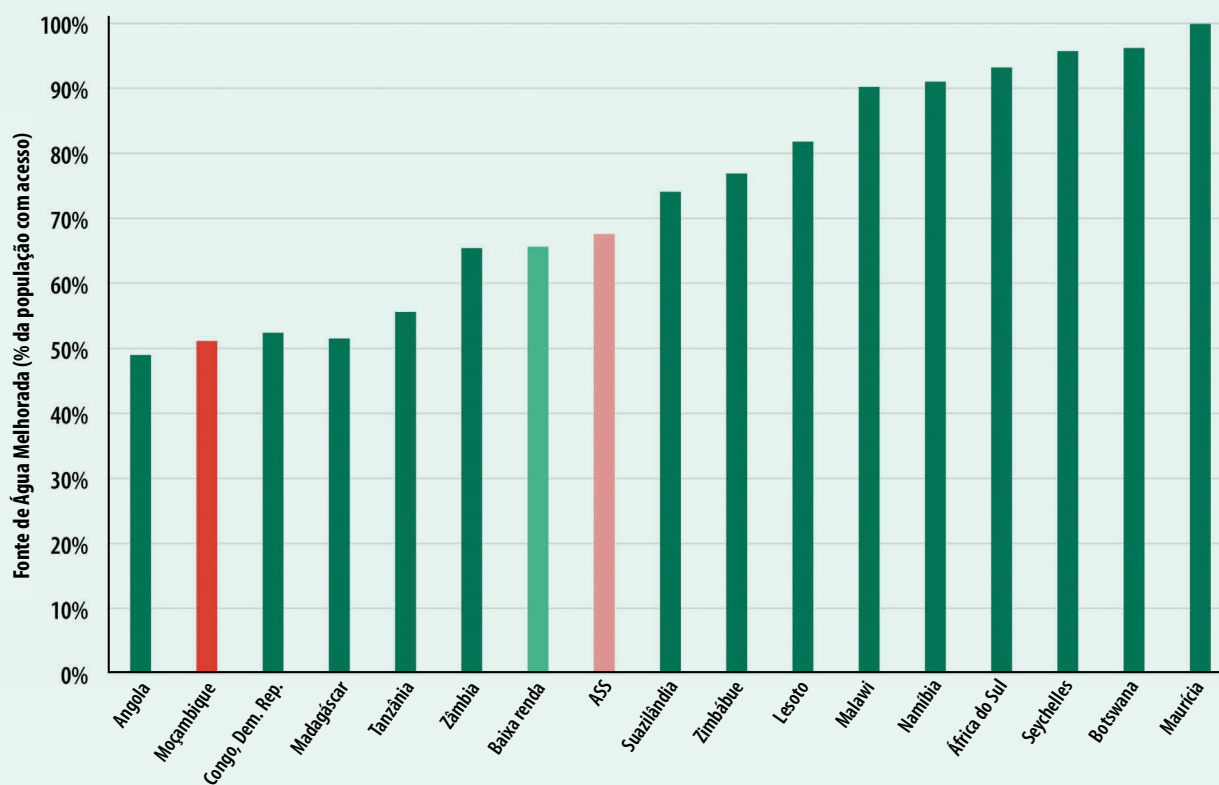
FIGURA 12 A Acesso a fontes de água melhoradas



Fonte: Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial, 2000-2015

Nota: SSA representa a média dos países da África Subsaariana; LIC representa a média dos países de baixa renda.

FIGURA 12 B Acesso a fontes de água melhoradas em comparação com os pares



Fonte: Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial, 2000-2015

9. Qual foi o desempenho do Sector de Água, Saneamento e Higiene?

Apenas metade da população tem acesso a fontes de água melhoradas em Moçambique (ver a Figura #12a). Entre 2000 e 2015, a percentagem da população moçambicana que recebia água de uma fonte melhorada aumentou de 41 por cento para 51 por cento. Ao longo dos últimos 15 anos, o acesso das zonas rurais aumentou em 10 pontos percentuais e o acesso das zonas urbanas aumentou em 6 pontos percentuais. Contudo, continua a existir uma grande diferença nos níveis de acesso entre as zonas rurais e urbanas. Com efeito, enquanto em 2015 81 por cento da população urbana tinha acesso a fontes de água melhoradas, este valor era de apenas 37 por cento para a população rural.

Apesar do maior acesso à água potável, Moçambique mal consegue acompanhar os seus pares (ver Figura #12b). Na verdade, em comparação com a média dos países de baixa renda (LIC), Moçambique proporciona o acesso à água limpa a 15 por cento menos da sua população. Da mesma forma, quando comparado com a média dos países da África Subsaariana (SSA), o acesso é de menos 17 por cento.

Sete das onze províncias demonstram um grande aumento no acesso à água potável para os seus habitantes entre 2008/9 e 2014/5. Contudo, persistem diferenças no acesso entre as províncias (ver a Figura #12c). De acordo com os Inquéritos Familiares de 2008-2009 e 2014-2015, foram obtidos ganhos de acesso significativos em sete províncias, das quais Maputo Província demonstrou o maior ganho de

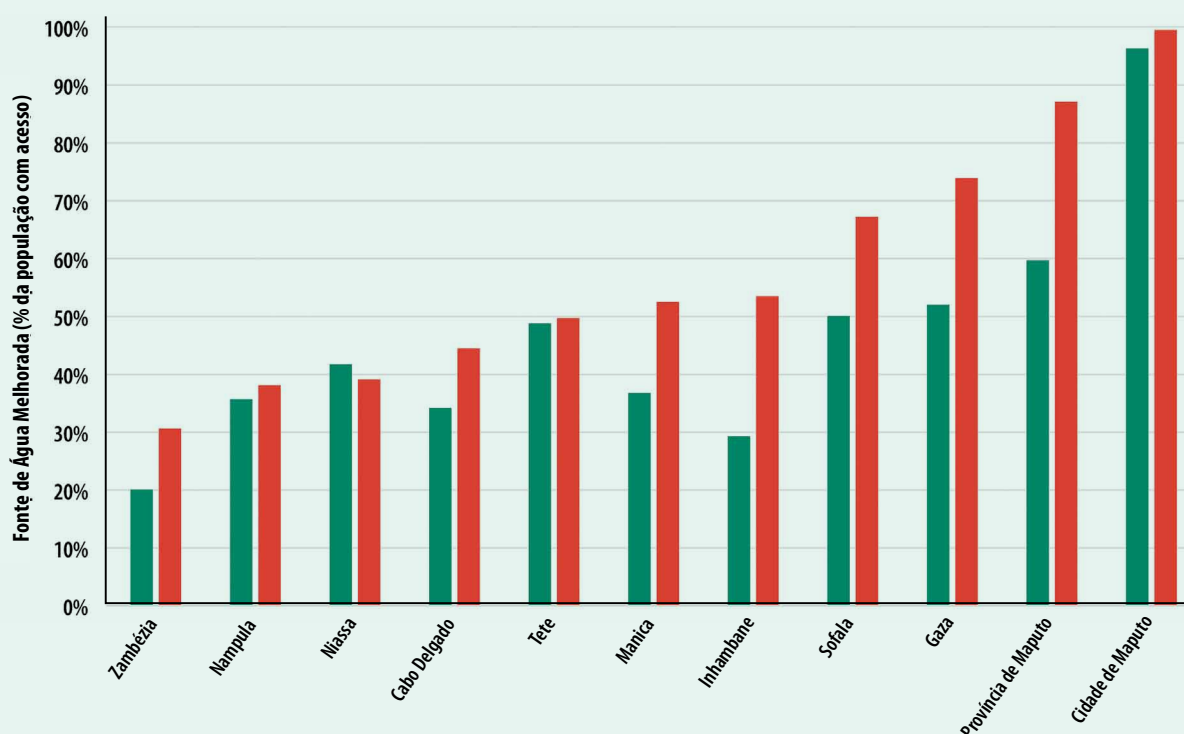
50%

da população ainda não tem acesso a água potável em Moçambique.



pontos percentuais e Inhambane o maior aumento percentual relativamente ao seu valor de 2008-2009. Apesar de um aumento geral no acesso ao abastecimento de água potável, é evidente que continuam a existir grandes diferenças entre as províncias. Por exemplo, enquanto a Província da Zambézia proporciona o acesso à água potável a 31 por cento dos seus habitantes, Maputo Província proporciona o acesso a 87 por cento, ou seja, a mais do que o dobro da população. Também de acordo com os dados mais recentes do Inquérito aos Orçamentos Familiares (2014-2015), cinco províncias registam menos de metade da população com acesso à água potável: Zambézia, Nampula, Niassa, Cabo Delgado e Tete.

FIGURA 12 C Acesso a fontes de água melhoradas por província



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Inquéritos Familiares de 2008/9 e 2014/5

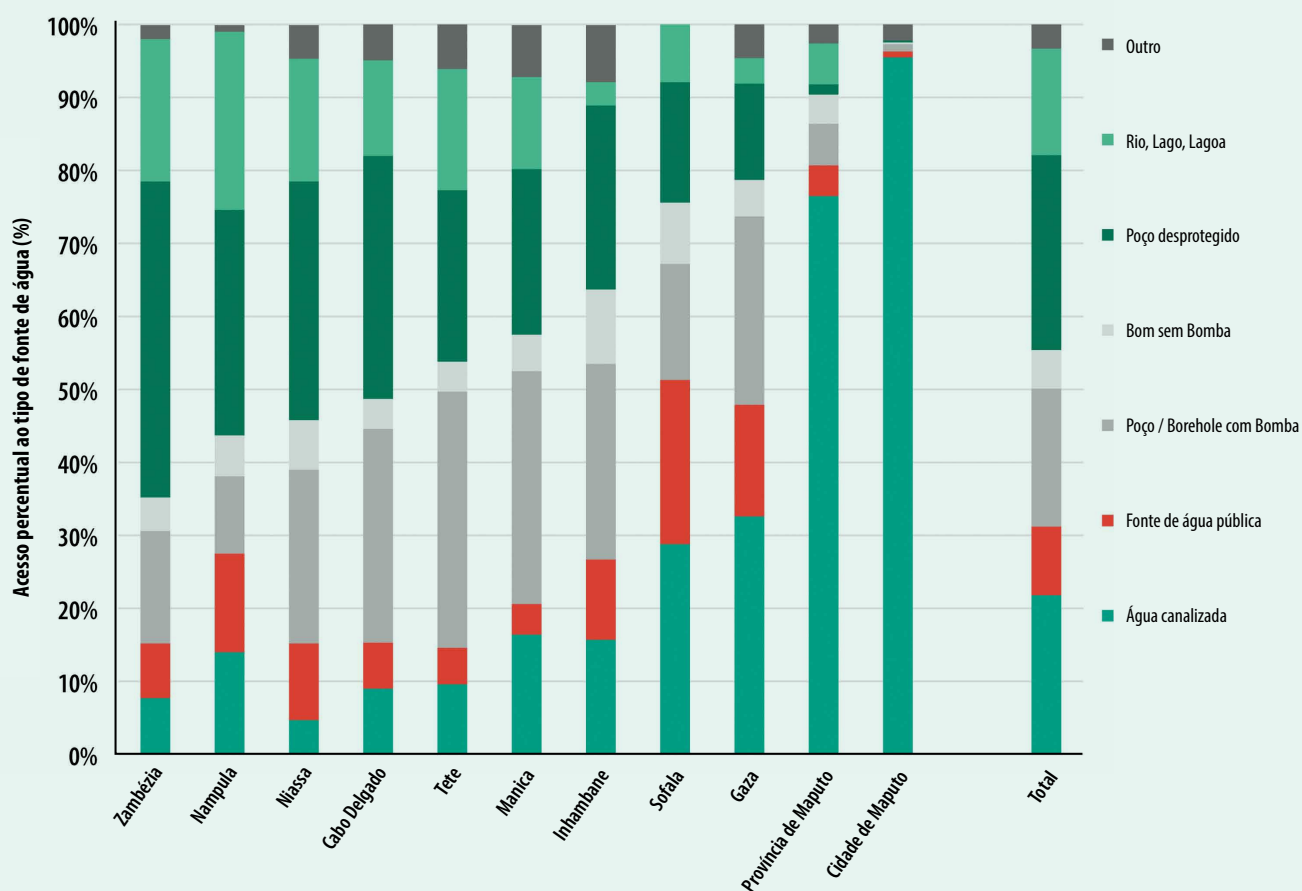
27%

da população tem como a sua principal fonte de água poços desprotegidos ou outras fontes não seguras.



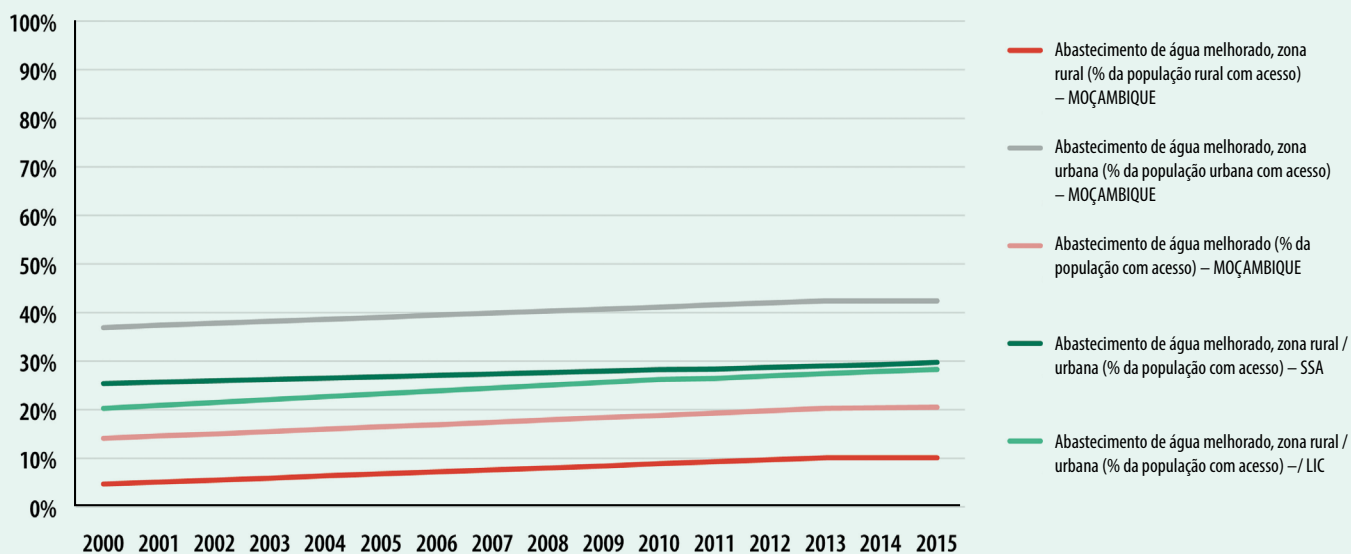
Da mesma forma, existem grandes discrepâncias no tipo de acesso à água potável (ver a Figura #12d). Enquanto os habitantes de Maputo Província recebem principalmente a sua água de uma fonte de abastecimento canalizada ou de um poço / furo, os habitantes da Província da Zambézia recebem a sua água de um poço não protegido ou de um rio, lago ou lagoa. Ao olhar para todo o país, a fonte de água mais comum é o poço não protegido, que é uma fonte de água não segura que é utilizada por 27 por cento da população. Depois desta, as fontes de água mais comuns são a água canalizada (22 por cento), poço / furo com bomba (19 por cento), rio, lago ou lagoa (15 por cento); torneira de água pública (9 por cento); e poço sem bomba. Nascente não protegida, águas pluviais, nascente protegida e água engarrafada representam a parte restante.

FIGURA 12 D Acesso a fontes de água melhoradas por tipo



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Inquéritos Familiares de 2008/9 and 2014/5

FIGURA 13 A Acesso a instalações sanitárias melhoradas



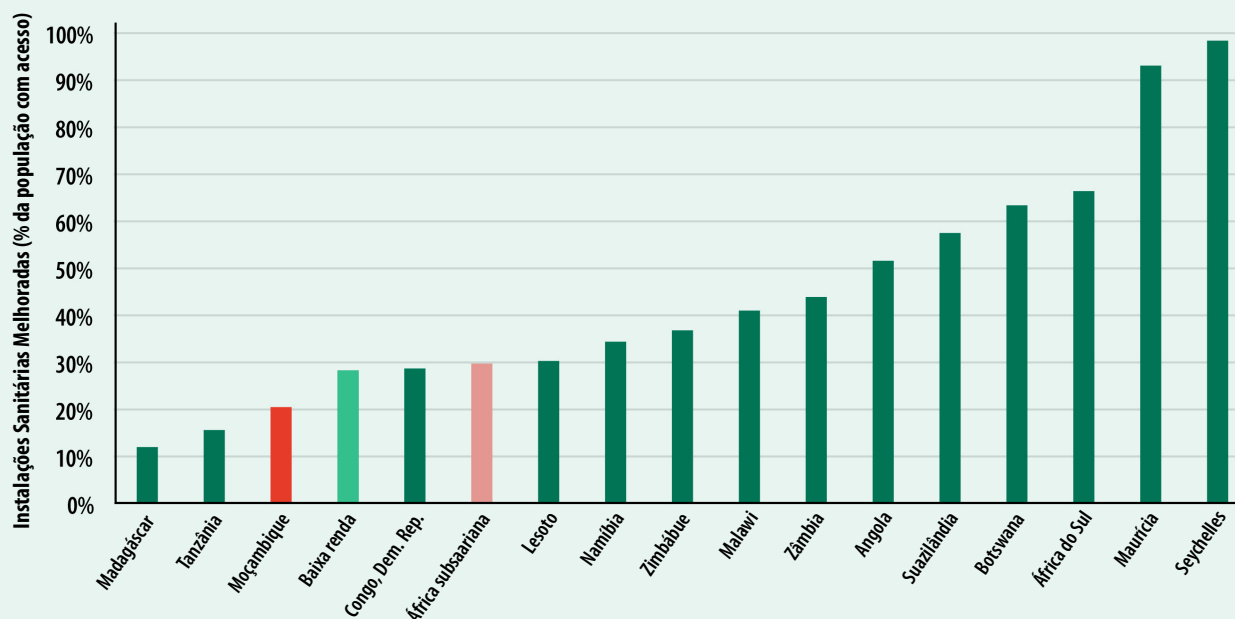
Fonte: Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial, 2000-2015

Nota: SSA representa a média dos países da África Subsaariana; LIC representa a média dos países de baixa renda.

Apenas um quinto dos moçambicanos têm acesso a instalações sanitárias melhoradas (ver a Figura #13a). A percentagem da população com acesso ao saneamento continua a ser muito baixa, apesar de um aumento de 14 por cento em 2000 para 20 por cento em 2015. Também cerca de 41 por cento da população pratica o feccalismo a céu aberto, em que 58 por cento se regista nas zonas rurais e 13 por cento nas zonas urbanas²¹.

Os moçambicanos têm pior acesso a instalações sanitárias melhoradas comparativamente às populações dos outros países da mesma região e com o mesmo nível de renda (ver a Figura #13b). Enquanto 20 por cento dos moçambicanos têm acesso a instalações sanitárias melhoradas, a média do acesso nos países de baixa renda e da África Subsaariana é de 28 e 30 por cento, respectivamente.

FIGURA 13 B Acesso a instalações sanitárias melhoradas em comparação com os pares



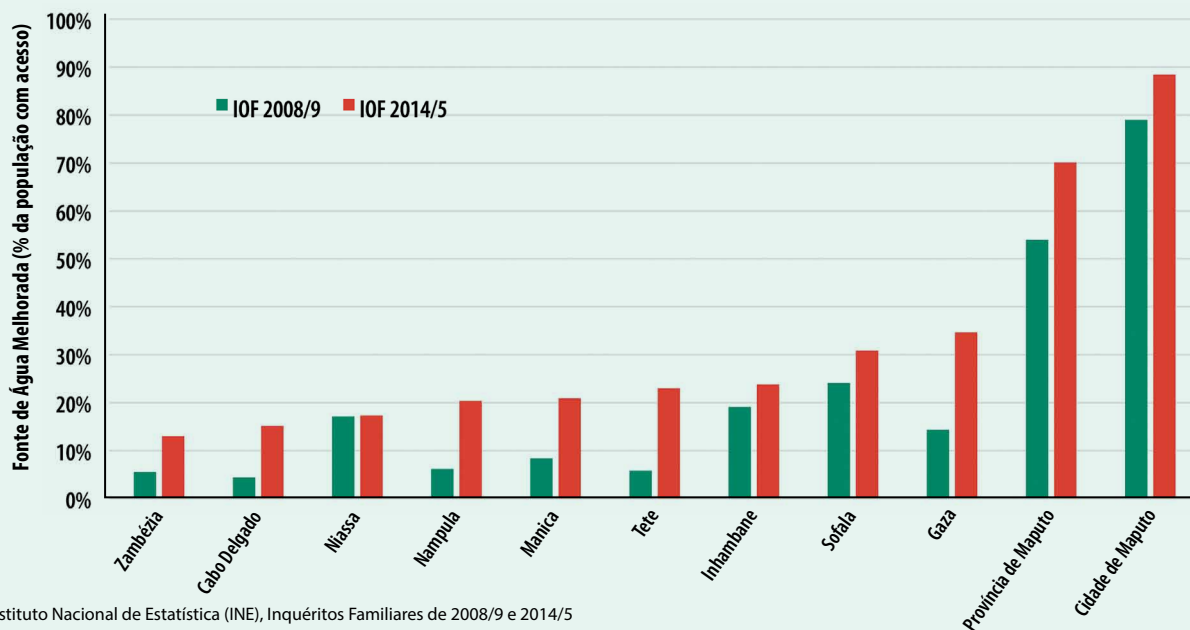
Fonte: Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial, 2000-2015

21) UNICEF, OMS. "Progress on Drinking Water and Sanitation". 212 Update. Página 48

Existem diferenças relevantes de acesso a instalações sanitárias melhoradas e do tipo de instalações sanitárias entre as províncias (ver a Figuras #13c e d). Enquanto apenas 1 em cada 10 residentes da Província Zambézia tem acesso a instalações melhoradas, em Maputo Província a proporção é de 7 em cada 10 residentes. Maputo Província e Maputo Cidade apresentam taxas de acesso acima da média dos países de média renda. Mais especificamente, estas duas áreas têm taxas de acesso mais do que duas vezes superiores

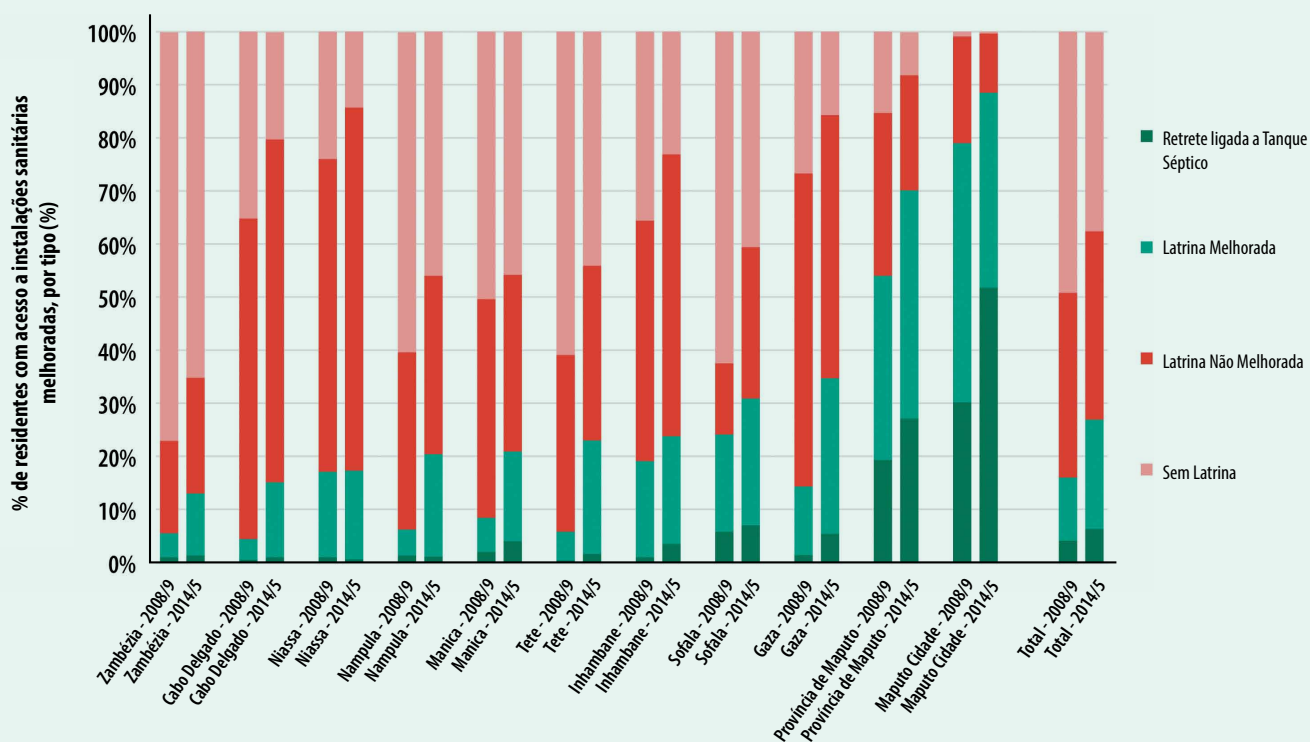
às das outras nove províncias. Quanto ao tipo de instalação sanitária, a maior parte da população com acesso a instalações sanitárias melhoradas usa latrinas melhoradas. Apenas uma pequena parte da população tem retretes ligadas a tanques sépticos. Contudo, à medida que o acesso geral aumenta, também melhora o tipo de acesso. Com efeito, entre os Inquéritos Familiares de 2008/9 e 2014/5, à medida que as taxas de acesso aumentavam, também aumentava o número de retretes com sistemas sépticos.

FIGURA 13 C Acesso a instalações sanitárias melhoradas por província



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Inquéritos Familiares de 2008/9 e 2014/5

FIGURA 13 D Acesso a instalações sanitárias melhoradas por tipo



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Inquéritos Familiares de 2008/9 e 2014/5

35%

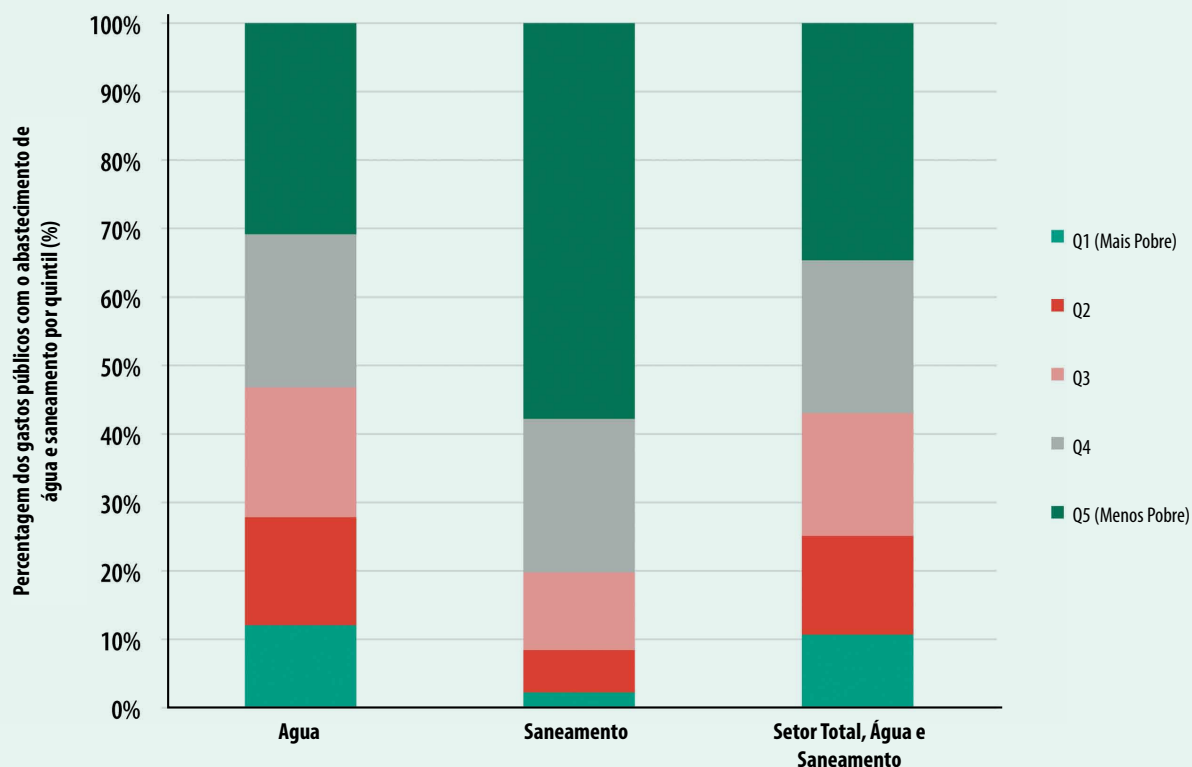
da despesa do Sector de Água, Saneamento e Higiene beneficia a população mais rica, enquanto apenas 11% beneficia os mais pobres.

10. Em que medida a despesa do Sector de Água, Saneamento e Higiene é equitativa?

A despesa pública no Sector de Água, Saneamento e Higiene beneficia o quintil mais rico da população moçambicana mais do que os outros quintiles (ver a Figura #14a). Com base nos dados mais recentes dos inquéritos familiares, 35 por cento dos gastos públicos neste sector beneficiaram o segmento mais rico da população, enquanto apenas 11 por cento beneficiaram o segmento mais pobre. Por esse motivo, os gastos públicos do sector são moderadamente desiguais. Como forma de melhorar o acesso equitativo e a utilização de fontes de água e instalações sanitárias melhoradas, o Governo deve direccionar melhor os gastos do sector para o segmento mais pobre da população, ao mesmo tempo que resolve as ineficiências a longo prazo.



FIGURA 14 A Incidência de benefícios dos gastos públicos em Água e Saneamento por quintil



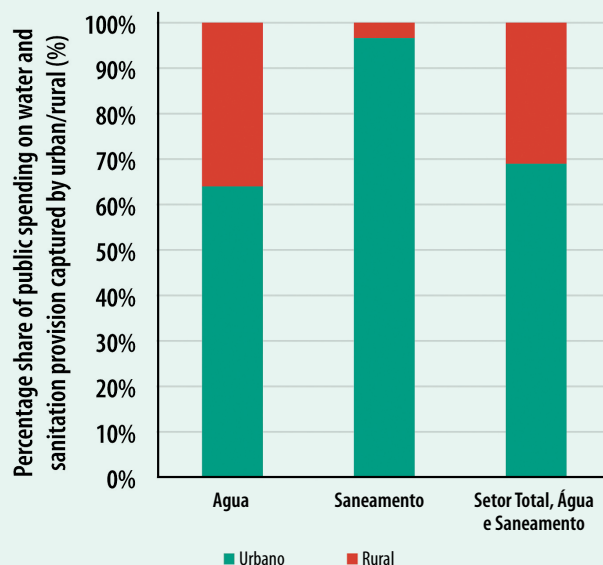
Fonte: Cálculos do autor das CGE 2008/9 and 2014/5 e Instituto Nacional de Estatística (INE), Inquéritos Familiares de 2008/9 e 2014/5.



Foto: ©UNICEF/Moçambique

Da mesma forma, a despesa da Água e Saneamento é distribuída de forma desigual pelas zonas rurais e urbanas (ver a Figura #14b). As zonas urbanas beneficiam de gastos públicos em água e saneamento consideravelmente mais do que as zonas rurais. A distribuição dos gastos de saneamento pode estar distorcida a favor dos gastos urbanos devido a limitações de dados. Porém, considerando o volume dos gastos de água por gastos do saneamento (o rácio gastos de água por saneamento é de cerca de 6:1), uma distribuição mais justa da despesa de saneamento entre as zonas rurais e urbanas continuaria a não ser suficiente para transferir a incidência do benefício geral do sector por uma larga margem. Por conseguinte, torna-se evidente que o gasto público no Sector de Água, Saneamento e Higiene é desigual por favorecer desproporcionalmente as zonas urbanas.

FIGURA 14 B Incidência de benefícios dos gastos públicos em Água e Saneamento por moradores das zonas urbanas / rurais



Fonte: Cálculos do autor das CGE 2008/9 and 2014/5 e do Instituto Nacional de Estatística (INE), Inquéritos Familiares de 2008/9 e 2014/5.

Glossário dos Termos Orçamentais:

Dotação Inicial: A primeira dotação de fundos aprovada pelo Parlamento

Dotação Rectificativa: Uma dotação actualizada de fundos aprovada pelo Parlamento

Dotação Actualizada: O total de fundos colocados à disposição de uma determinada instituição de saúde

Despesa Realizada: Fundos alocados gastos no investimento e custos de funcionamento da saúde

Execução do Orçamento: Percentagem de fundos alocados gastos do total da dotação.

Valores Nominais / Correntes: Números não corrigidos para efeitos de inflação

Valores Reais / Constantes: Números corrigidos para efeitos de inflação

Per Capita: Por pessoa

Lista de Acrónimos:

AGO	Apoio Geral ao Orçamento
AIAS	Administração de Infra-estruturas de Abastecimento de Água e Saneamento
ARA	Agências Regionais de Abastecimento de Água
ASAS	(Fundo Comum de) Apoio Sectorial à Água e Saneamento
CGE	Conta Geral do Estado (Relatório Final do Orçamento)
CRA	Conselho Regulador da Água
CUT	Conta Única do Tesouro
DNAAS	Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento
DNGRH	Direcção Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos
DPOPHRH	Direcções Provinciais de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
e-SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado de Moçambique
FC	Fundo Comum
FIPAG	Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água
LOE	Lei do Orçamento do Estado
MCA	Millennium Challenge Corporation

MEF	Ministério da Economia e Finanças
m	Milhões
mm	Mil milhões
MOPHRH	Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
MT	Metical Moçambicano (Moeda Local)
PES	Plano Económico e Social
PIB	Produto Interno Bruto
PRONASAR	Fundo Comum do Programa Nacional para o Abastecimento de Água e Saneamento Rural
PQG	Plano Quinquenal do Governo
RADS	Relatório de Avaliação Anual sobre o Desempenho do Sector de Águas
REO	Relatório de Execução Orçamental (Relatório Actualizado do Orçamento)
SD	Secretaria Distrital
SDPI	Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estrutura
UGB	Unidade de Gestão de Beneficiários
USD	Dólar Americano (Moeda)
WASH	Water, Sanitation, and Hygiene – Água, Saneamento e Higiene
WB	Banco Mundial
WDI	World Development Indicators – Indicadores do Desenvolvimento Mundial